

PERFIL DA MULHER GOIANA 2022

PERFIL DA MULHER GOIANA 2022

IMB INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS

SGG
Secretaria-Geral
da Governadoria



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Guilherme Resende Oliveira

Gerência de Assessoramento Estratégico

Evelyn de Castro Cruvinel

Gerência de Dados e Estatísticas

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Gerência de Estudos Macroeconômicos

Anderson Mutter Teixeira

Gerência de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas

Alex Felipe Rodrigues Lima

Colaboradores

Clecia Ivânia Rosa Satel

Evelyn de Castro Cruvinel

Fernanda Vitória da Mota Marinho

Jalda Claudino

Marcelo Eurico de Sousa

Capa**Revisão**

Cristiane Silva Bernardo

Todos os direitos deste trabalho reservados ao **IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**

Avenida Vereador José Monteiro nº 2.233
Mezanino (em frente ao Bloco G-900) - St. Nova Vila
– Goiânia - GO
CEP: 74.653-900 – Brasil
Fone: +55 (62) 3269-2780 e 3269-2776
E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: <https://www.imb.go.gov.br>

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CLAUDINO, J.; CRUVINEL, E. C.; MARINHO, F. V. M.; SATEL, C. I. R.; SOUSA, M. E.

Perfil da mulher goiana/ Jalda Claudino, Evelyn C. Cruvinel, Fernanda V. M. Marinho, Clecia I. R. Satel, Marcelo E. de Sousa – Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2022.

Índices para catálogo sistemático:

1. Estudo descritivo;
2. Perfil da mulher goiana;
3. Estudo de gênero, estatísticas, sociedade – título.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES GOIANAS.....	5
3. PERFIL DA POPULAÇÃO FEMININA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	15
4. SAÚDE DA MULHER GOIANA.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6. REFERÊNCIAS	33

Sumário executivo

- O percentual de pessoas do gênero feminino em Goiás é maior que a do masculino e tem aumentado com passar dos anos, com participação no ano de 2015 de 50,9%, 51,2% em 2018 e 52,2% em 2021. Além disso, as mulheres têm uma longevidade maior que os homens.
- Sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, observa-se que embora ela seja mais escolarizada que o homem, a sua inserção no mercado de trabalho é menor, e a remuneração também.
- A população feminina em situação de vulnerabilidade de Goiás é predominantemente negra (75% são de cor parda ou preta) e jovem (60% têm até 34 anos). Do mesmo modo, a maioria as mulheres chefes de família são negras, tem idade entre 25 e 34 anos e teve pouco ou nenhum acesso ao ensino escolar. A baixa escolaridade reflete diretamente nas oportunidades de emprego. Dessa forma, a maioria não exerce função remunerada e quando exerce é no mercado informal.
- Em relação a saúde, observou-se os seguintes avanços, aumento na proporção de cobertura de mulheres que realizaram sete ou mais consultas no pré-natal e queda na proporção de nascidos vivos por mães adolescentes de 10 a 19 anos. Ainda, as mulheres possuem taxa de internação (excluídos os partos) e taxa bruta de mortalidade inferior aos homens.
- O Governo do Estado de Goiás lançou o Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Sendo sua finalidade a articulação e integração de políticas públicas desenvolvidas por diversos órgãos e entidades governamentais da sociedade civil, além de organizações religiosas, contemplando as mulheres em suas diversidades racial, étnica, de classe social, orientação sexual, identidade de gênero, geracional ou deficiência (GOIÁS, 2019).

PERFIL DA MULHER GOIANA

Clecia Ivânia Rosa Satel¹
Evelyn de Castro Cruvinel²
Fernanda Vitória da Mota Marinho³
Jalda Claudino⁴
Marcelo Eurico de Sousa⁵

1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015 a ONU reconheceu que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, que é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Como plano de ações, foi proposto o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar nenhuma pessoa para trás. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro dos limites de recursos do planeta.⁶

Especificamente, o quinto objetivo define a busca pela igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas. Ao todo, são nove metas relacionadas com a eliminação de qualquer tipo de discriminação, violência e práticas nocivas contra as mulheres, tais como casamentos prematuros e exploração sexual; a valorização do trabalho não remunerado; a garantia de participação plena e efetiva na vida política, econômica e pública; o acesso universal à saúde sexual; a realização de reformas para garantia de direitos de igualdade e acesso à informação.

No mesmo caminho, no dia 21 de novembro de 2019, o Governo do Estado de Goiás lançou o *Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher*. Sendo sua finalidade a articulação e integração de políticas públicas desenvolvidas por diversos órgãos e entidades governamentais da sociedade civil, além de organizações religiosas, contemplando as mulheres em suas diversidades racial, étnica, de classe

¹ Pesquisadora em Economia do IMB. Doutoranda em Economia (Universidade de São Paulo – USP/ESALQ). E-mail: clecia.satel@goias.gov.br

² Gerente de Assessoramento Estratégico e Pesquisadora em Estatística do IMB. Mestre em Estatística (UnB). E-mail: evelyn.cruvinel@goias.gov.br.

³ Estagiária do IMB. Graduanda em Estatística (UFG). E-mail: fernanda.marinho@goias.gov.br

⁴ Assistente de Gestão Administrativa. E-mail: jalda.claudino@goias.gov.br.

⁵ Analista de Gestão Administrativo. Economista (PUC), E-mail marcelo.esousa@goias.gov.br

⁶ Para mais informações: <http://www.agenda2030.com.br/>

social, orientação sexual, identidade de gênero, geracional ou deficiência (GOIÁS, 2019).

Diante do contexto explanado, esse trabalho tem o objetivo de traçar o perfil das mulheres goianas, considerando os aspectos socioeconômico, de vulnerabilidade e saúde. A seção 2 trata do perfil socioeconômico das mulheres goianas, por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PnadC) do 2º trimestre de 2015 a 2021. Já a seção 3 traça o perfil da população feminina em situação de vulnerabilidade, utilizando o Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, com referência a junho de 2021. A seção 4 é dedicada à saúde da mulher no Estado de Goiás, os dados apresentados foram, preferencialmente, obtidos do ConectaSUS e de suas plataformas Coordenação-Geral de Sistemas de Informação – CGSI/DRAC/SAS/MS, com o intuito de adquirir os dados mais atualizados para maior precisão. Além dessa base, também foram utilizados dados do DATASUS (SIM, SINASC, SIH) e as Projeções Populacionais do IBGE.

2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES GOIANAS

Para traçar o perfil socioeconômico das mulheres goianas, utilizou-se dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PnadC) do 2º trimestre de 2015 a 2021. Os dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Campo amostral e população, Goiás.

Dados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Amostra total	19.054	18.854	19.102	18.358	14.700	12.995	11.915
População	6.611.657	6.712.471	6.360.314	6.910.510	7.020.504	7.102.653	7.196.088
Nº de domicílios na população	2.263.398	2.252.364	2.331.253	2.436.416	2.451.946	2.511.717	2.529.506
Mulher (%)	50,91	50,81	50,95	51,22	51,51	51,87	52,23

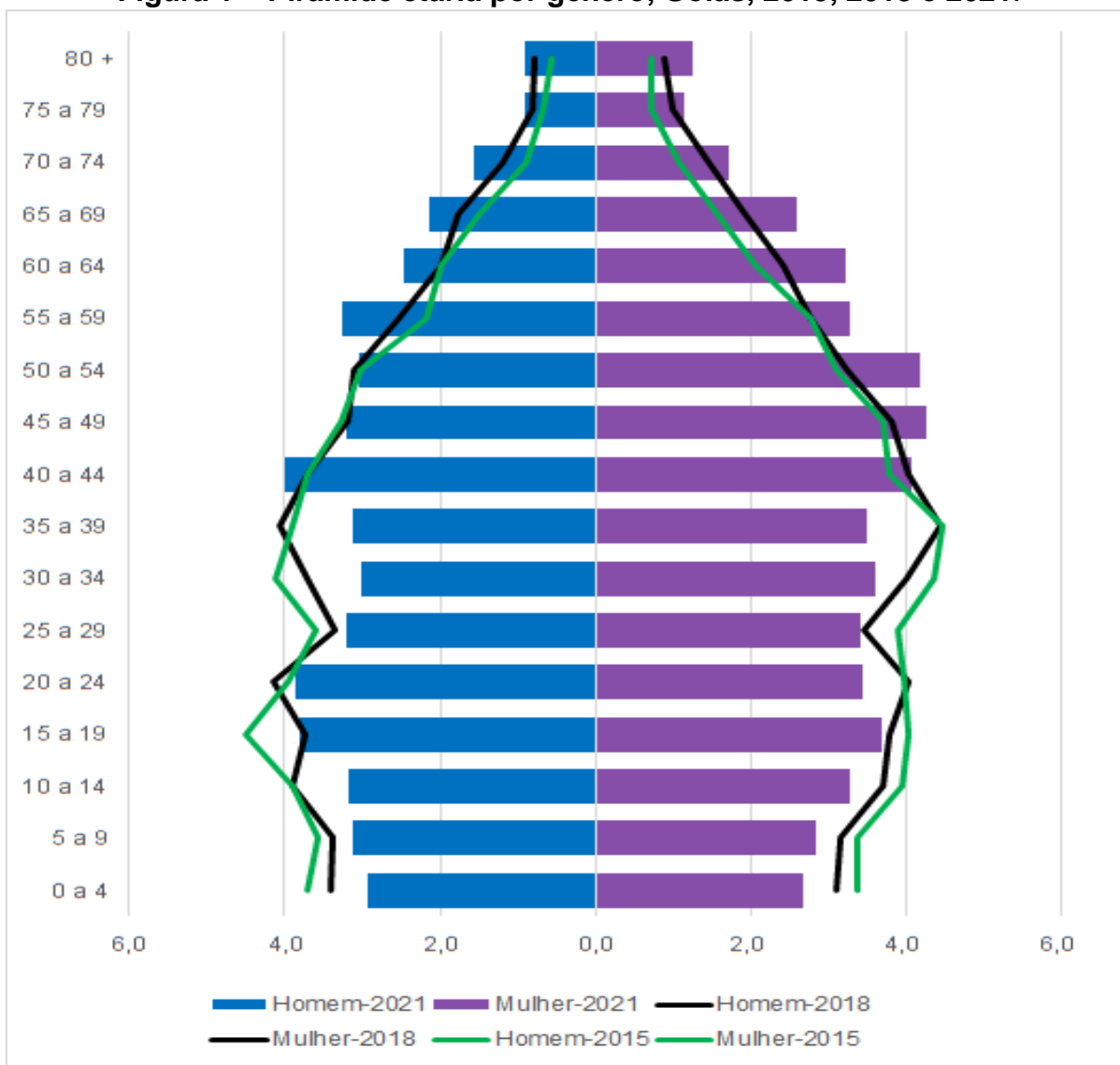
Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

A Figura 1 mostra que em um período relativamente curto, de 2015 a 2021, está ocorrendo um estreitamento na base da pirâmide etária para crianças de 0 a 9 anos e um alargamento do topo, iniciado a partir dos 55 anos de idade. Observa-se que a proporção de pessoas do gênero feminino é maior que a do masculino, com

participação percentual no ano de 2015 de 50,9%, 51,2% em 2018 e 52,2% em 2021. Além disso, as mulheres têm uma longevidade maior que os homens.

Figura 1 – Pirâmide etária por gênero, Goiás, 2015, 2018 e 2021.

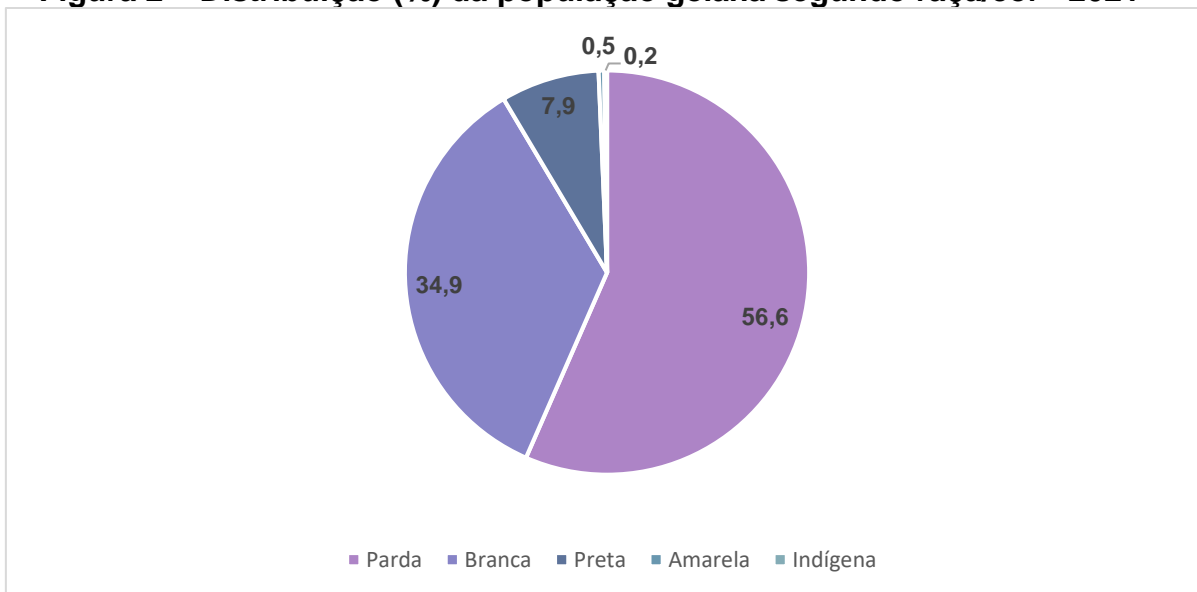


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Com relação à cor, a Figura 2 mostra que 56,6% da população goiana se declara de cor da pele parda, 34,9% branca, 7,9% preta, 0,5% amarela e 0,2% indígena. A Figura 3 apresenta a distribuição de cor por gênero.

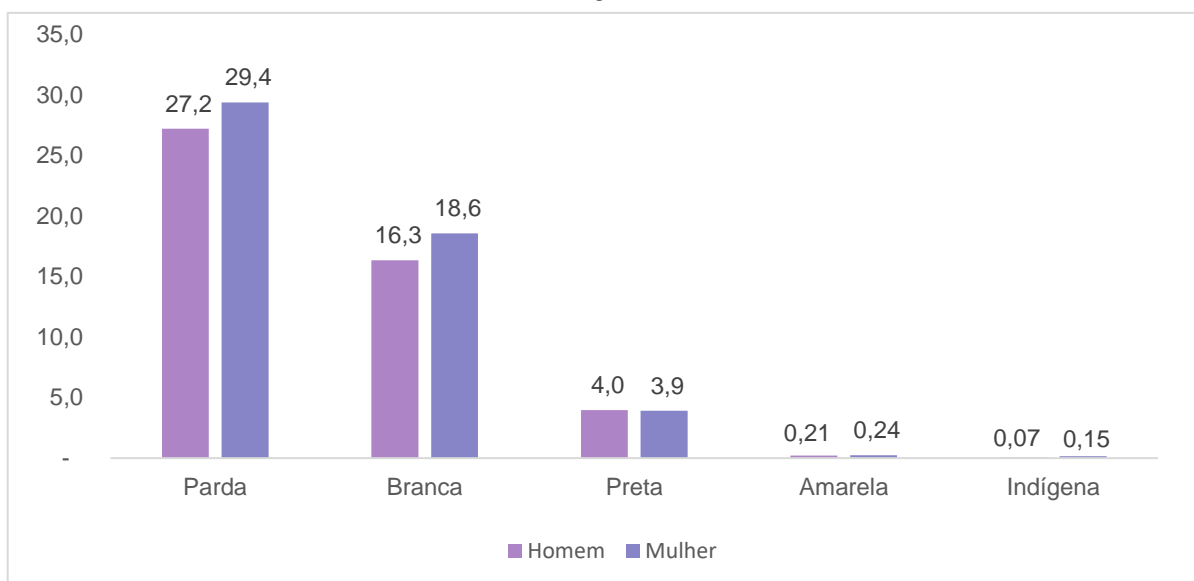
Figura 2 – Distribuição (%) da população goiana segundo raça/cor - 2021



Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Figura 3 – Distribuição (%) da população segundo raça/cor e gênero, Goiás – 2021

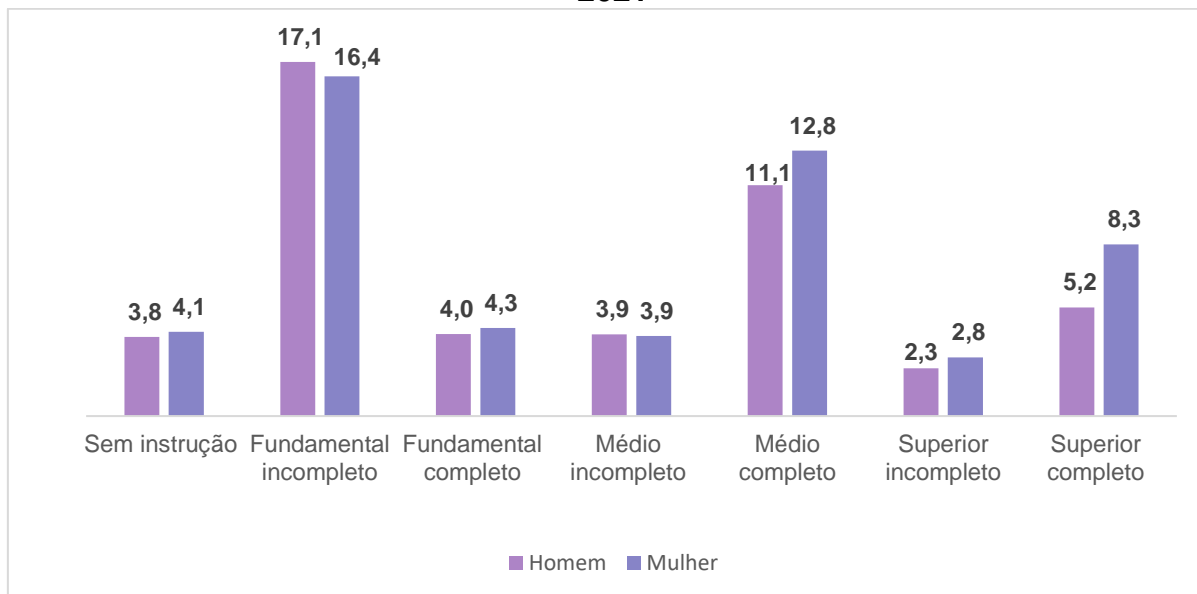


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

No que diz respeito à população acima de 5 anos de idade, tem-se que cerca de 49,6% tem escolaridade até o ensino fundamental e, a partir do ensino médio completo, a escolaridade das mulheres é maior que dos homens.

Figura 4 – Distribuição (%) por gênero e segundo o grau de instrução, Goiás – 2021



Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Nota-se na Figura 4 que a distribuição por gênero, segundo o grau de escolaridade até o ensino fundamental, é homogênea. Contudo, a diferença, entre os gêneros, fica mais acentuada a partir do ensino médio completo e se intensifica no ensino superior completo. Ainda, verifica-se que ao longo dos anos a diferença entre os gêneros com ensino superior completo tem se mantido (Figura 5).

Desde a década de 70, intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. Essa mudança foi possível por diversos fatores, um deles consistiu na liberdade reprodutiva com o acesso a métodos contraceptivos. Também, um fator importante, para tal mudança, ocorreu por motivos financeiros, uma vez que a renda das mulheres casadas seria para complementar a renda familiar e, em outros casos, a renda feminina é a renda principal, sobretudo nas famílias chefiadas por mulheres.

Figura 5 – Distribuição (%) por gênero e escolaridade de nível médio e superior, Goiás – 2015 a 2021

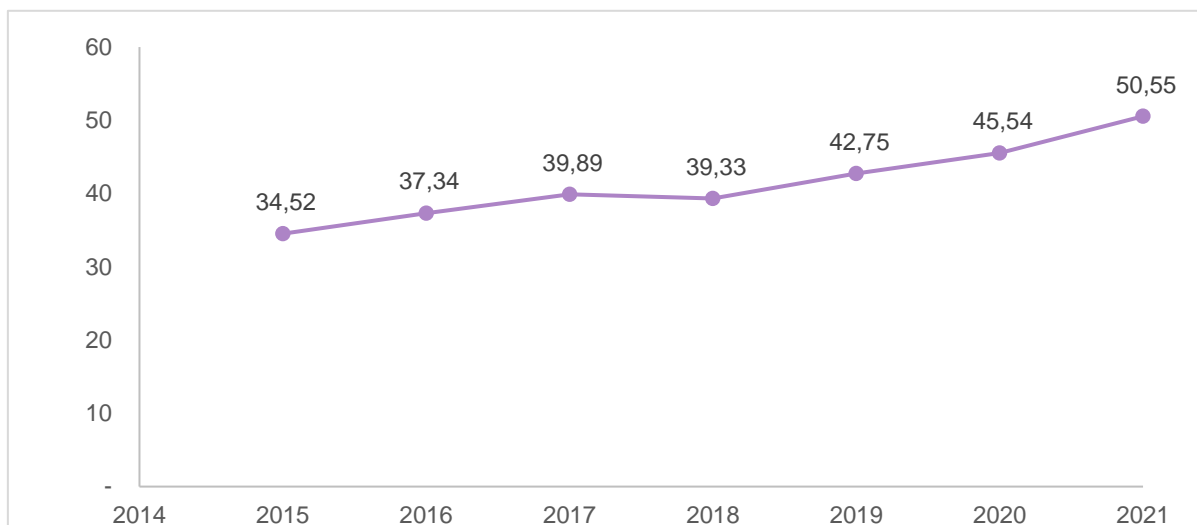


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Consonante a isso, a Figura 6 mostra que o número de domicílios chefiados por mulheres foi aumentando ao longo do tempo, assim, entre 2015 e 2021, período relativamente curto, nota-se mudanças significativas em relação à condição no domicílio. Em 2021, o número de famílias chefiadas por mulheres superou o de famílias chefiadas por homens, passando de 34,52% em 2015, para 50,55% em 2021.

Figura 6 – Distribuição (%) de mulheres chefes de domicílios, Goiás – 2015 a 2021



Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Na análise geral do perfil da população goiana, verifica-se que as mulheres têm um papel importante na liderança dos lares. Além disso, elas também são maioria nos níveis de escolaridade mais elevado, como mostraram os gráficos da Figura 5. Para ter uma visão do mercado de trabalho em Goiás, a Tabela 2 mostra a distribuição total da população por condição na ocupação e, apresenta como é a atuação da mulher no mercado de trabalho, em relação às características relacionadas à qualificação e à remuneração.

Tabela 2 – Condição de ocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade – Goiás, 2015 a 2021

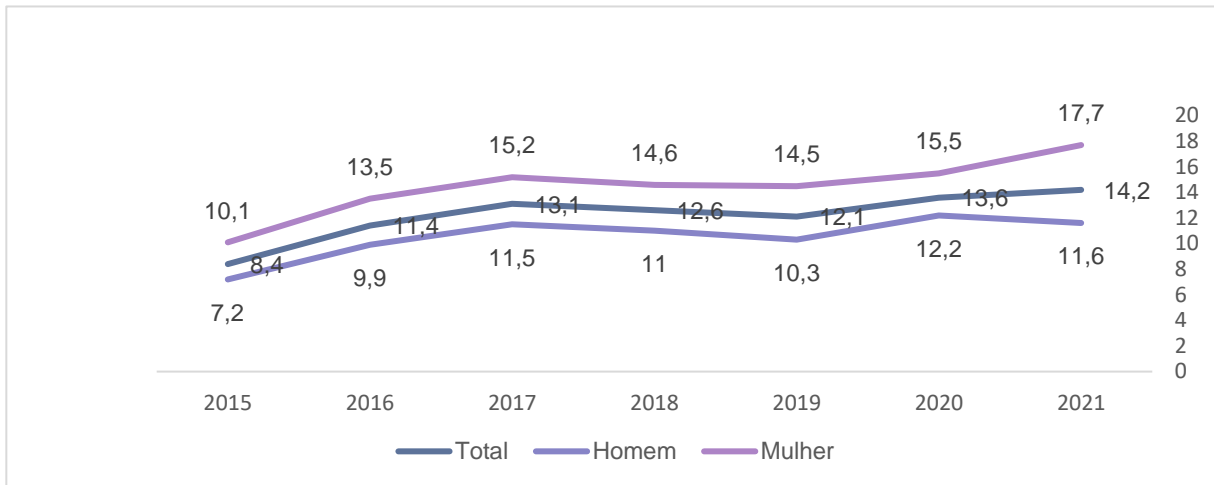
Característica	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PEA (absoluto)	3.456.489	3.545.511	3.650.931	3.649.733	3.740.955	3.479.838	3.613.348
% PEA	52,28	52,82	57,4	52,81	53,29	48,99	50,21
Ocupada	3.202.533	3.185.258	3.247.938	3.303.924	3.348.252	3.034.140	3.166.585
% ocupação	92,7	89,8	89	90,5	89,5	87,2	87,6
Desocupada	253.956	360.253	402.994	345.809	392.703	445.699	446.763
% desocupação	7,3	10,2	11	9,5	10,5	12,8	12,4

Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Embora as mulheres sejam mais escolarizadas que os homens, elas ainda são as mais atingidas pelo desemprego, conforme a Figura 7.

Figura 7 – Taxa de desocupação por gênero, Goiás – 2015 a 2021

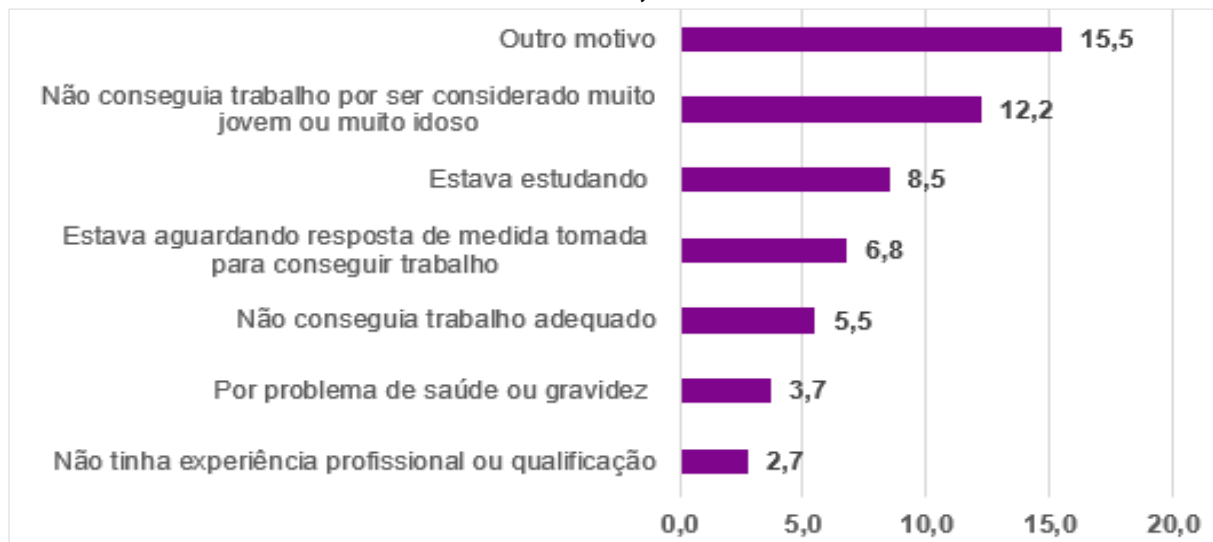


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

A Figura 8 apresenta os principais motivos das mulheres desocupadas não buscar formas para conseguir empregos. Nota-se que o principal motivo, com 15,5%, estava além das opções disponíveis na pesquisa, sendo nomeado por “outro motivo”. O segundo maior motivo, com 12,2%, foi por não estar nos padrões de idade desejada pelo mercado, sendo considerada, até então, ou muito jovem ou muito idosa e, apenas, 3,7% foi por motivo de gravidez ou saúde.

Figura 8 – Principal motivo por não ter tomado providência para conseguir trabalho – Mulher, Goiás – 2021



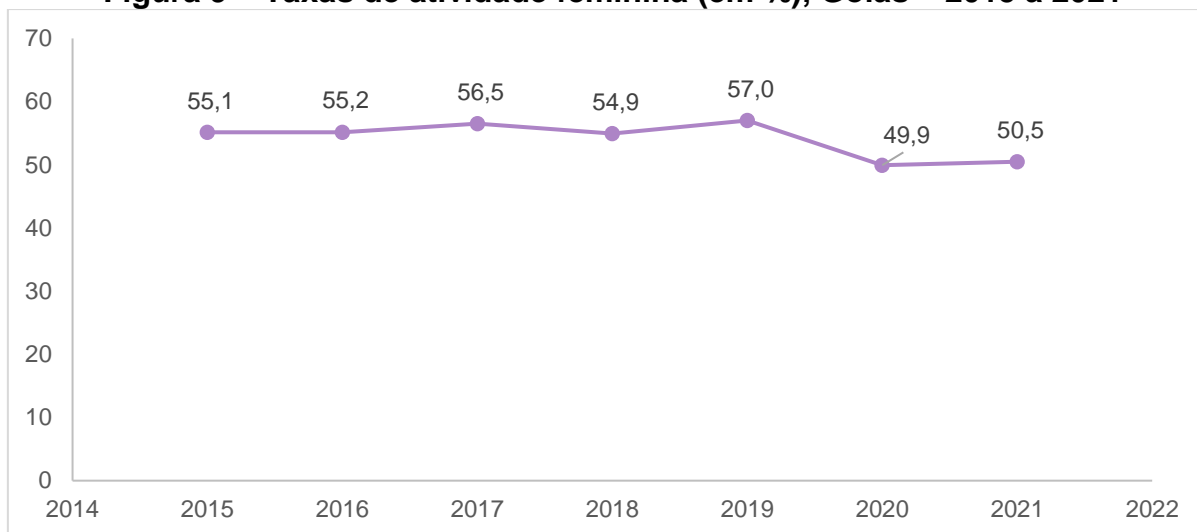
Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Com relação às mulheres que possuem algum vínculo empregatício, a inserção delas no mercado de trabalho é marcada por aumento contínuo até o ano de

2019. Em 2020, o mundo foi surpreendido com a pandemia provocada pela covid-2019 e, juntamente com a crise política-economia que atingiu o Brasil em 2019, acabou contribuindo para um cenário de queda da taxa de atividade para a sociedade em geral. Assim, a taxa de atividade feminina passou de 57% em 2019 para 49,9% em 2020.

Figura 9 – Taxas de atividade feminina (em %), Goiás – 2015 a 2021

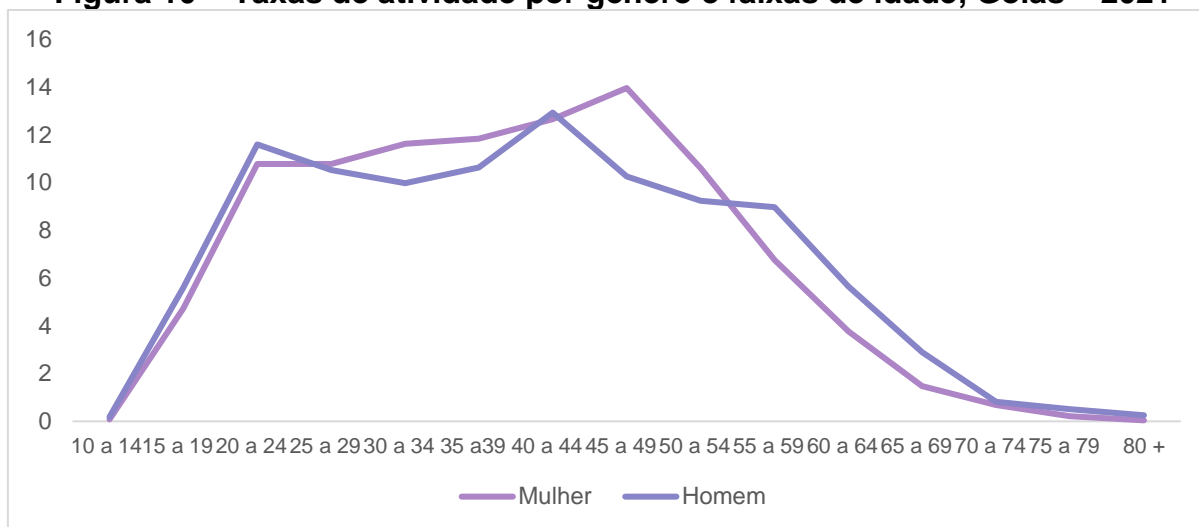


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

A Figura 10 mostra que a grande concentração da taxa de atividade está na faixa etária entre 20 e 54 anos de idade. Ao observar a distribuição da taxa de atividade por gênero, nota-se que, na faixa etária de maior atuação no mercado (20 a 54 anos), a proporção de mulheres é maior que a de homens. Em contrapartida, os homens permanecem mais tempo no mercado de trabalho, o que pode estar relacionado à diferença de idade para a aposentadoria.

Figura 10 – Taxas de atividade por gênero e faixas de idade, Goiás – 2021

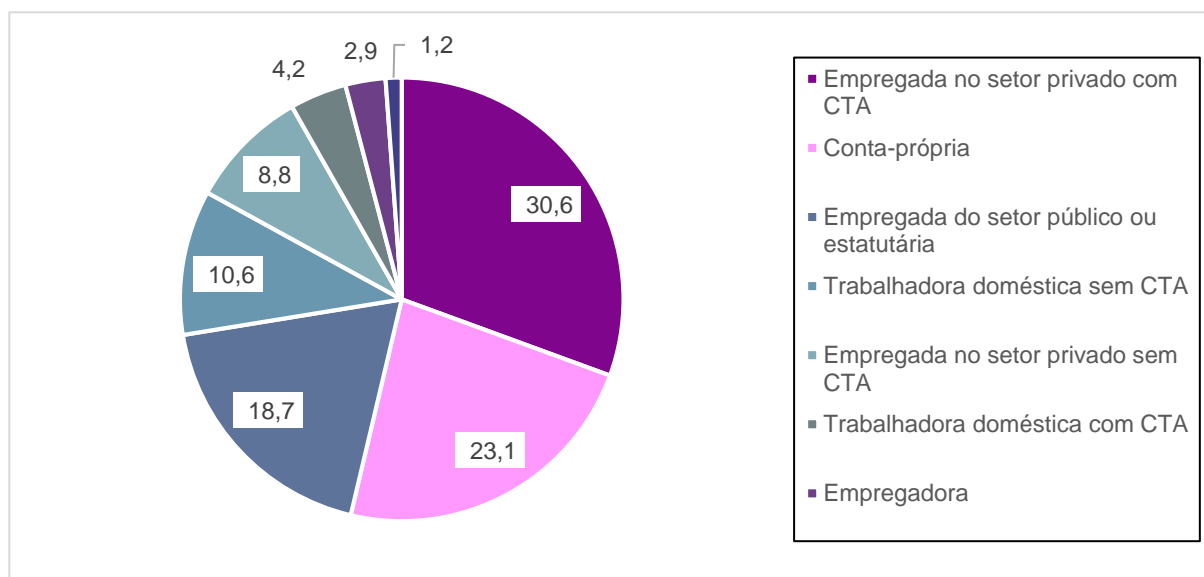


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Observando a Figura 11, percebe-se que, dentre as mulheres empregadas, a maioria estão inseridas em empregos formais, totalizando 53,5% (setor privado com carteira assinada, doméstica com carteira assinada e servidores públicos).

Figura 11 – Distribuição (%) feminina em relação à posição na ocupação, Goiás – 2021

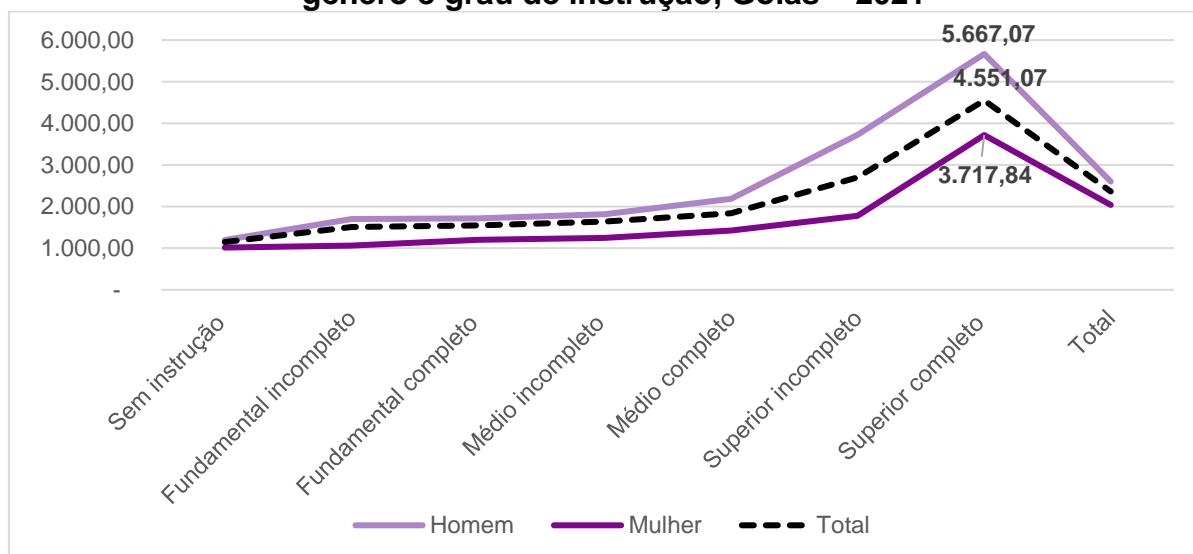


Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Com relação às remunerações, tem-se que o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, em 2021, foi de R\$ 2.361,04, sendo um valor médio de R\$ 2.602,56 para pessoas do sexo masculino e R\$ 2.036,61 para o feminino. A Figura 12 apresenta os rendimentos médio por grau de instrução e gênero, evidenciando a significativa disparidade salarial entre os sexos, sendo que esta disparidade aumenta conforme o grau de instrução aumenta.

Figura 12 – Rendimento mensal efetivo recebido de todos os trabalhos por gênero e grau de instrução, Goiás – 2021



Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria – 2021.

Sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, observa-se que, embora ela seja mais escolarizada que o homem, a sua inserção no mercado de trabalho é menor e a remuneração média também.

Portanto, de acordo com as Figuras 4 e 5, fica nítido que as mulheres são mais escolarizadas que os homens, pois a proporção de mulheres com ensino superior completo é quase o dobro do que a dos homens com a mesma escolaridade. Todavia, conforme a Figura 12 apresentou, ter escolaridade elevada não significa que as remunerações acompanham na mesma proporção. Isso mostra que, apesar das lutas por direitos iguais, através das últimas décadas, e da sociedade ter conseguido avanços substanciais, ainda há muito o que ser alcançado.

3. PERFIL DA POPULAÇÃO FEMININA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

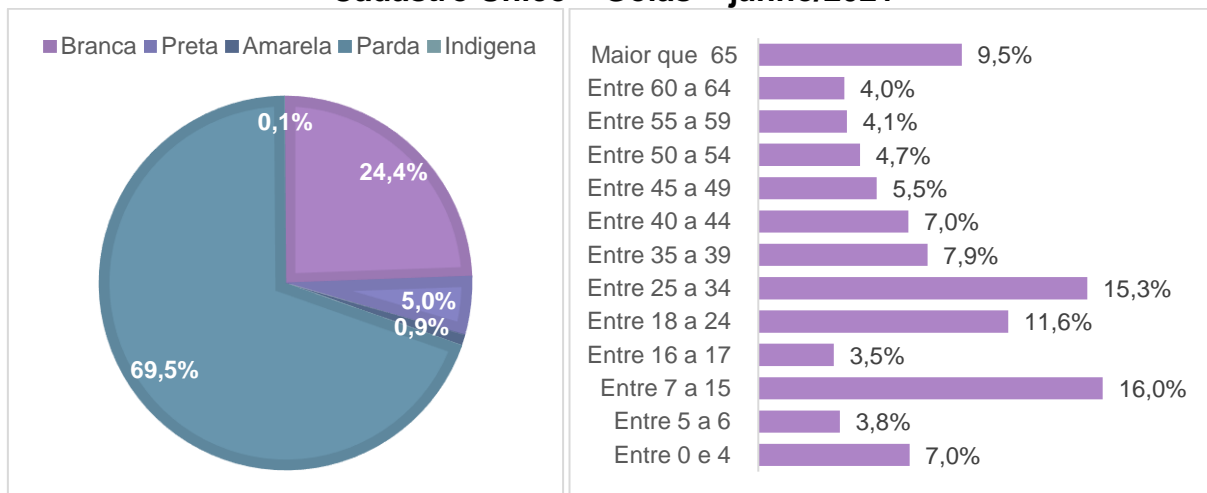
Essa seção tem como objetivo traçar o perfil da população feminina em situação de vulnerabilidade. Para isso, foi utilizado o Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, com referência a junho de 2021, pois ele é o instrumento mais pertinente, para o presente estudo, sobre a população de baixa renda.

O Cadastro Único é uma ferramenta que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo conhecer melhor a realidade socioeconômica dessa população. Podem se inscrever no Cadastro Único: famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; famílias com renda mensal total de até três salários-mínimos; ou famílias com renda maior que três salários-mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. Nele são registradas as características da residência, assim como informações de cada pessoa da família, tais como, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras⁷. Desta maneira, utilizou-se a base de dados do Cadastro Único com interesse de identificar situações de vulnerabilidade enfrentadas pela população feminina.

Em junho de 2021, 855.961 domicílios estavam inscritos no Cadastro Único, com um total de 2.138.580 pessoas. Neste cenário, as mulheres representam 57,3% dos cadastrados, correspondendo a 1.225.347 pessoas. Ademais, a maioria das mulheres cadastradas são de cor parda ou preta, cerca de 75%. Ainda, tem-se que aproximadamente 60% das mulheres cadastradas têm até 34 anos (Figura 13).

⁷ As informações foram retiradas do site da Secretária Especial de Desenvolvimento Social, disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>

Figura 13 – Distribuição por cor e faixa etária das mulheres cadastradas no Cadastro Único – Goiás – junho/2021

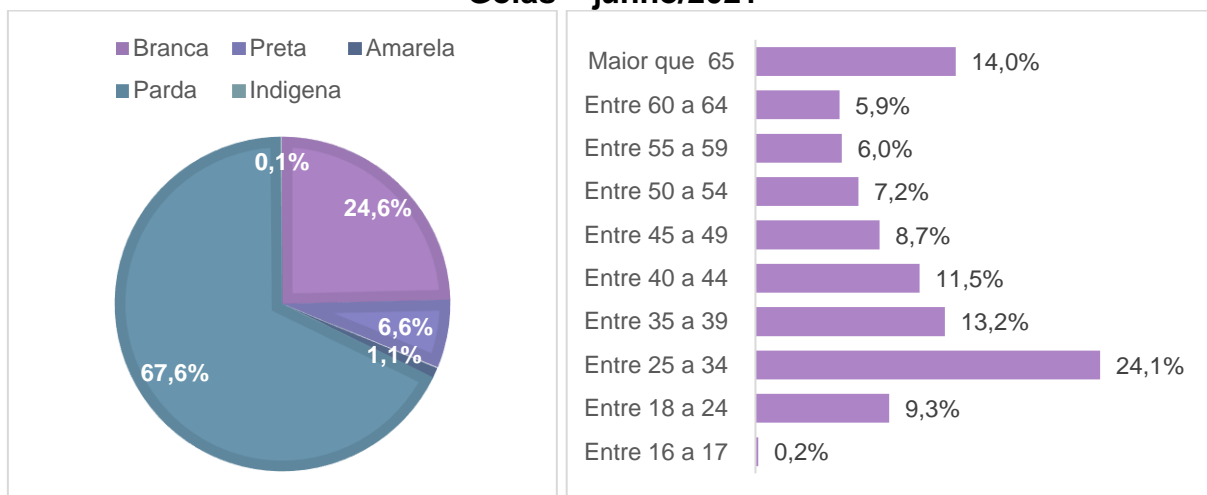


Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria de Estado da Economia.

A maior parte dos domicílios inscritos no Cadastro Único tem como pessoa responsável pela unidade familiar uma mulher e isso representa cerca de 79,7% das famílias que declaram o gênero do responsável, correspondendo a 677.405 domicílios. Do mesmo modo, a Figura 14 mostra que, nesse grupo, predomina mulheres de cor parda ou preta (74,1%) e com idade entre 25 e 34 anos (24,1%).

Figura 14 – Distribuição por cor e faixa etária das mulheres chefes de família – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

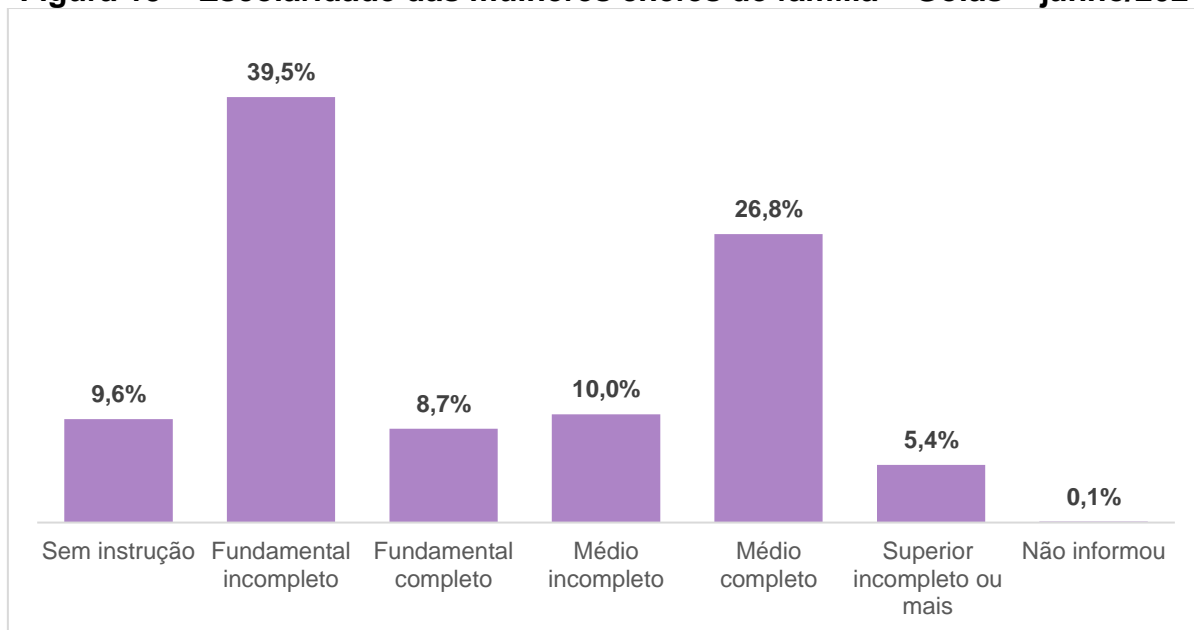
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria

Por meio da Figura 15, nota-se que a maioria das mulheres chefes de família teve pouco ou nenhum acesso ao ensino escolar. Em dados isso indica que 39,5% não concluíram o ensino fundamental e 9,6% não possuem instrução.

A baixa escolaridade reflete diretamente nas oportunidades de emprego. Dessa maneira, apenas 36,5% das mulheres chefes de família declararam exercer alguma função remunerada, na semana anterior à entrevista. Ainda, cerca de 1% declarou que exercem alguma função remunerada, mas na semana citada estava afastada. Além disso, ressalta-se que 50,7% dessas mulheres complementam sua renda com o benefício Bolsa Família. Ademais, são 282.922 famílias chefiadas por mulheres que recebem o benefício Bolsa Família, 41,8% do total.

A Figura 16 apresenta a função principal das mulheres chefes de família que exercem alguma ocupação remunerada. Nota-se que 72,1% está no mercado informal. Destaca-se que esse tipo de trabalho apresenta diversas desvantagens, tais como ausência de renda fixa e desamparo ao trabalhador, posto que trabalha para si, logo, não tem férias, décimo terceiro, vale-refeição ou transporte ou quaisquer outros benefícios que o trabalho formal propicia.

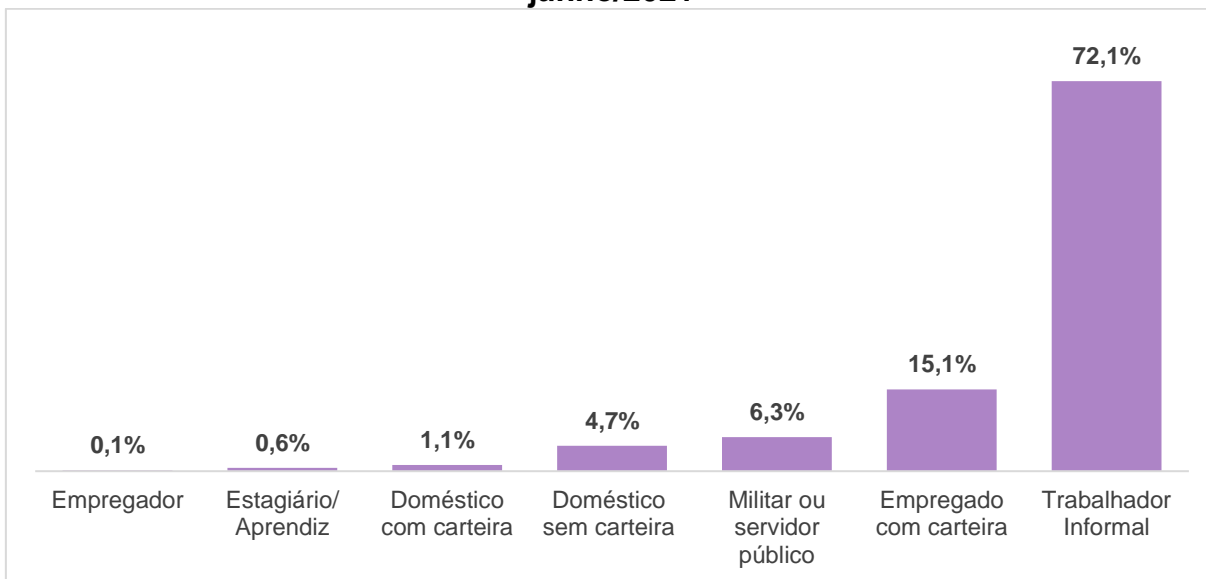
Figura 15 – Escolaridade das mulheres chefes de família – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria

Figura 16 – Função Principal das mulheres chefes de família – Goiás – junho/2021

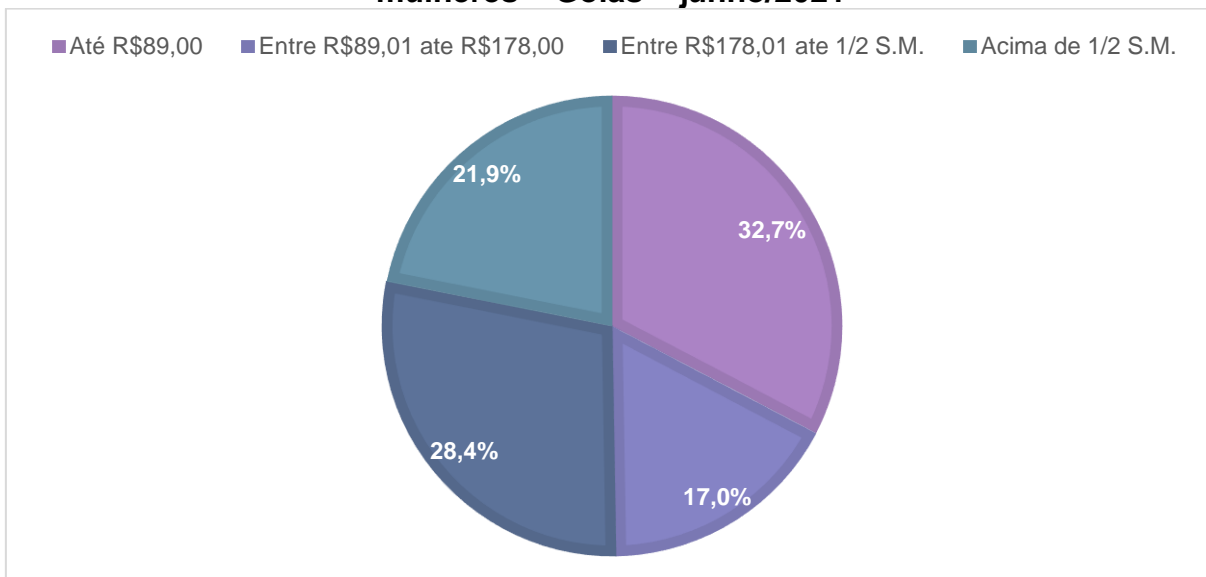


Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria

Ao analisar a renda familiar per capita dessas famílias, verifica-se que 28,4% vivem em extrema pobreza, ou seja, a renda per capita é inferior a R\$ 89,00 (Figura 17).

Figura 17 – Faixa da renda familiar per capita das famílias chefiadas por mulheres – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

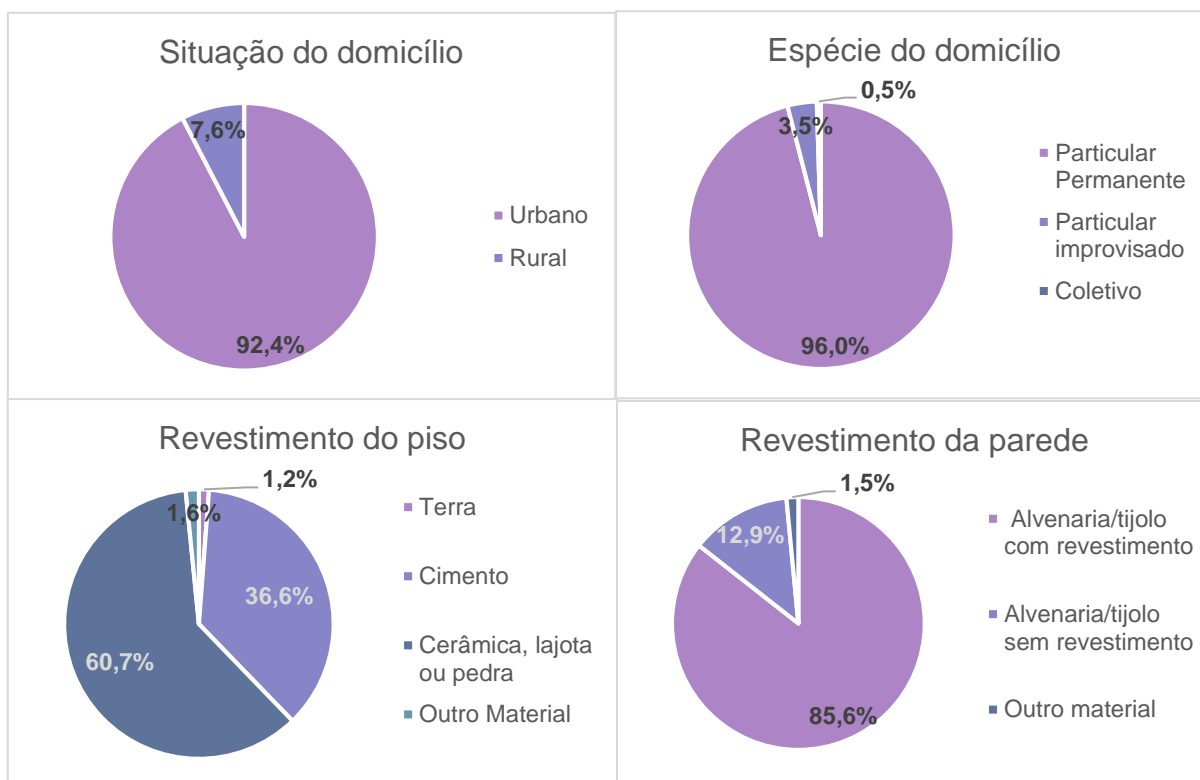
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria

A Figura 18 apresenta características dos domicílios chefiados por mulheres. Constata-se que 92,4% desses domicílios estão na área urbana, 96,0% são

particulares e permanentes, 60,7% possuem revestimento de piso com cerâmica, lajota ou pedra e 85,6% apresentam paredes revestidas por alvenaria (tijolos com revestimento).

Em trabalho realizado por IMB(2021) foi estimado o déficit habitacional associado às famílias cadastradas no Cadastro Único para Goiás no ano de 2020. Os resultados indicaram que cerca de 156 mil famílias viviam em situação de déficit habitacional. Ainda, esse número correspondia a cerca de 402 mil pessoas, sendo que, destas, 58,5% eram mulheres⁸.

Figura 18 – Características dos domicílios chefiados por mulheres – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria

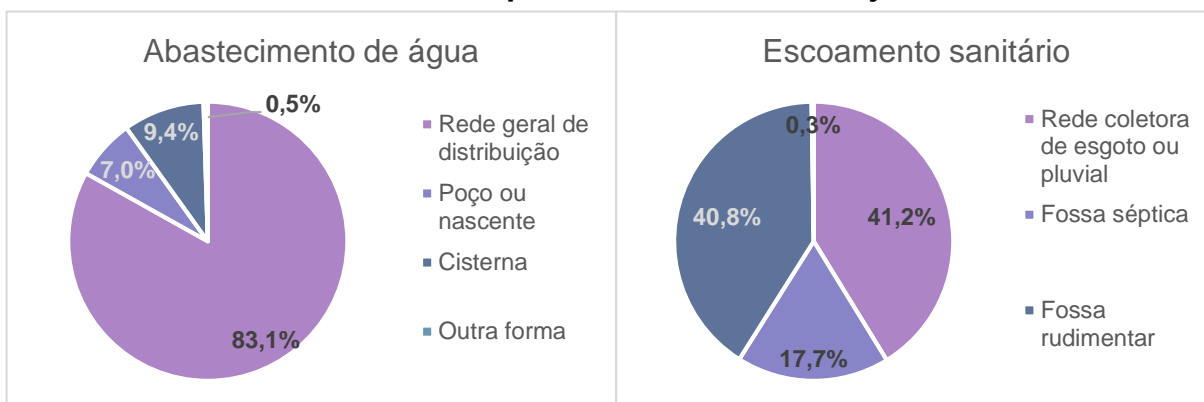
Por meio da Figura 19, verifica-se que 82% dos domicílios chefiados por mulheres possuem rede geral de distribuição de água, enquanto, apenas 38,5% dispõem de rede coletora de esgoto. Ademais, destaca-se que a maioria desses

⁸

Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2021/estudo_deficit_habitacional.pdf

domicílios ainda são dependentes de fossas, sejam elas sépticas ou rudimentares, para realizar o escoamento sanitário.

Figura 19 – Formas de abastecimento de água e escoamento sanitário nos domicílios chefiados por mulheres – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria

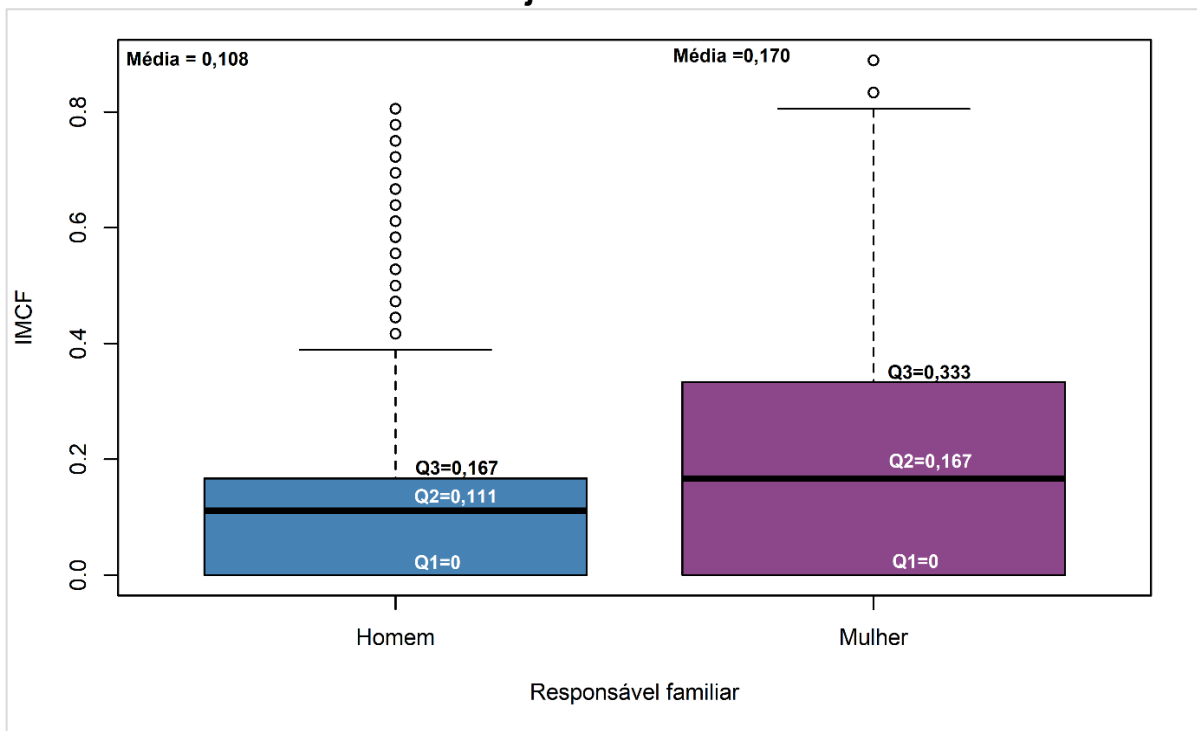
Por fim, a Figura 20 apresenta os valores para o Índice Multidimensional da Carência das Famílias Goianas (IMCF), de acordo com o responsável familiar, com referência de junho/2021. O IMCF surgiu no âmbito do Gabinete de Política Sociais (GPS) em parceria com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Além disso, tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estados da Legislação Social Brasileira”, proposto por Alkire e Foster (2009/2011) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford. Nesse contexto, o IMB efetua o cálculo do IMCF para os 246 municípios goianos e, após o lançamento do estudo inicial sobre o IMCF⁹ com dados referentes a dez/2018, ficou encarregado de acompanhar semestralmente o comportamento do referido índice.

O Índice utiliza os dados do Cadastro Único, considerando as dimensões de moradia, educação e renda, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais carente é o domicílio. Desta maneira, verifica-se que, em média, os domicílios chefiados por mulheres apresentam valor maior para o IMCF que o valor indicado para domicílios chefiados por homens, sendo 0,170 contra 0,108. Entende-se, por meio da Figura 20, que 50% dos domicílios chefiados por mulheres possuem IMCF acima de

⁹ Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias1.pdf>

0,167 (2º quartil – Q2), ao passo que, apenas 25% dos domicílios chefiados por homens estão acima desse valor (3º quartil – Q3).

Figura 20 – Resultados IMCF de acordo com responsável familiar – Goiás – junho/2021

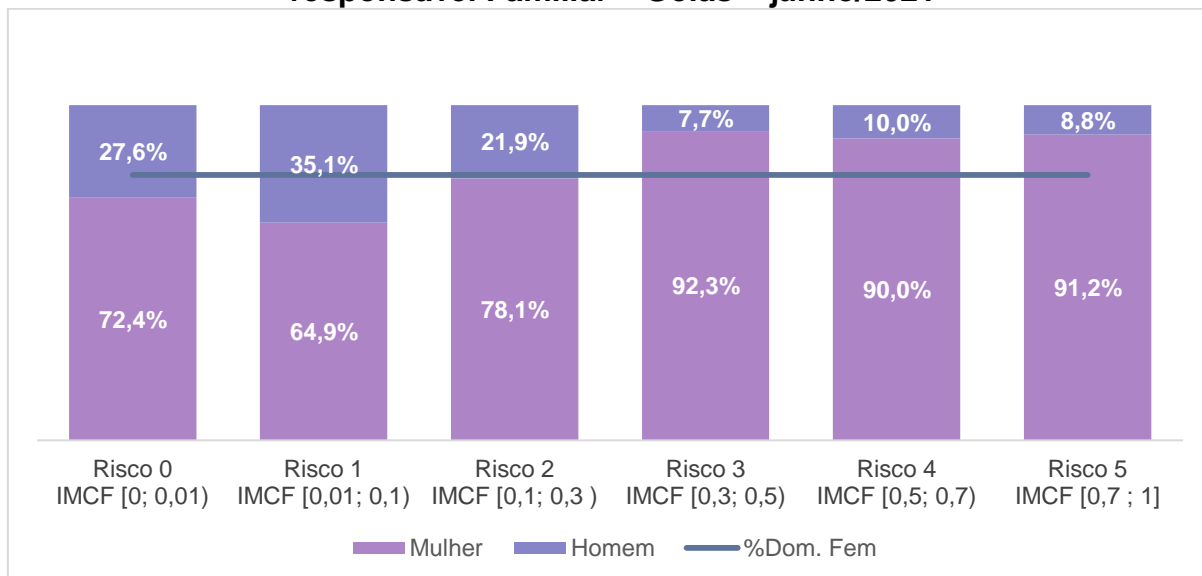


Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria

Adicionalmente, foi sistematizado por meio do IMCF cinco níveis de risco social familiar. A Figura 21 apresenta o percentual de domicílios por risco social de acordo com responsável familiar. De modo geral, as famílias chefiadas por mulheres representam 79,1% em relação ao total. Este valor deveria ser verificado em cada risco, caso os domicílios fossem distribuídos uniformemente entre os níveis. Entretanto, percebe-se um percentual menor de famílias chefiadas por mulheres nos riscos inferiores e um percentual maior nos riscos superiores. Ainda, 91,2% dos domicílios classificados no risco 5 tem como responsável uma mulher.

Figura 21 – Percentual dos domicílios por risco social de acordo com responsável Familiar – Goiás – junho/2021



Fonte: Ministério da Cidadania/Cadastro Único.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Nota: Os níveis de risco social familiar foram sistematizados por meio do valor do IMCF.

Com base nos dados e informações apresentados, confirmou-se que a população feminina em situação de vulnerabilidade de Goiás é predominantemente negra: cerca de 75% são de cor parda ou preta. Ainda, tem-se que aproximadamente 60% das mulheres cadastradas tem até 34 anos.

Do mesmo modo, as mulheres chefes de família são negras (74,1%) e tem idade entre 25 e 34 anos (24,1%). Também, é notável que a maioria das mulheres chefes de família teve pouco ou nenhum acesso ao ensino escolar, expressos em 39,5% que não concluíram o ensino fundamental e em 9,6% que não possuem instrução. A baixa escolaridade reflete diretamente nas oportunidades de emprego. Dessa forma, a maioria não exerce função remunerada e quando exerce é no mercado informal. Inclusive, cerca de 42% dessas chefes de família são beneficiárias do Bolsa Família e aproximadamente 50% tem o benefício como complemento da renda do trabalho.

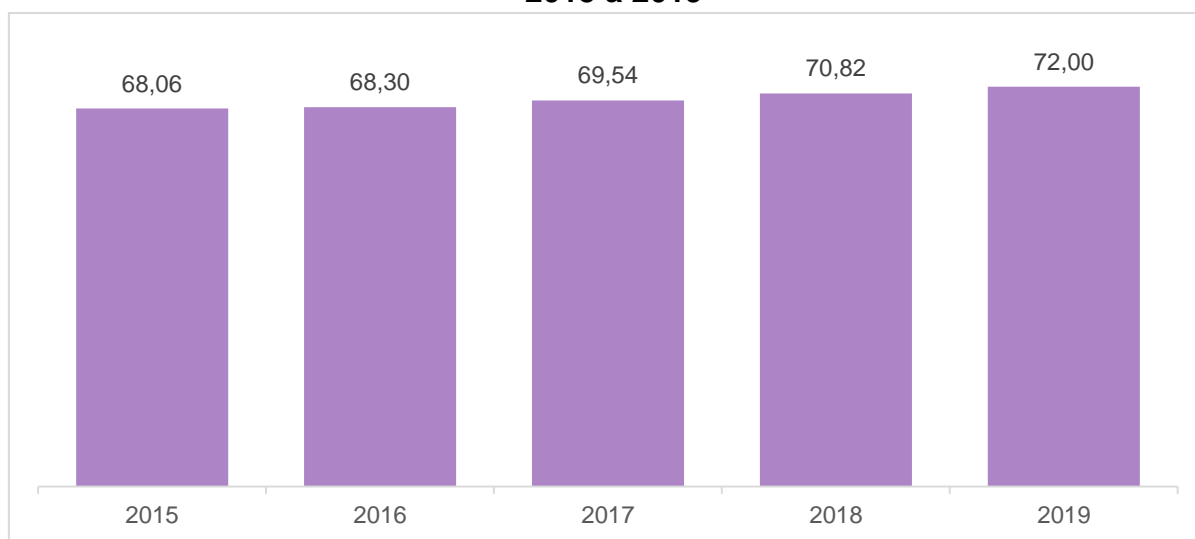
Ademais, por meio do IMCF, verificou-se que os domicílios vulneráveis chefiados por mulheres têm uma situação pior.

4. SAÚDE DA MULHER GOIANA

Nessa seção são apresentados dados estatísticos atualizados sobre a saúde materna relacionada ao período da gestação e parto, bem como o vínculo entre mortalidade e morbidade no contexto da saúde da mulher. O cenário demonstrado reflete aspectos variados, porém não esgota o tema, trazendo uma abordagem panorâmica sobre a situação atual, com dados consolidados mais recentemente sobre a saúde da mulher no Estado de Goiás. Os dados apresentados nessa seção foram, preferencialmente, obtidos do ConectaSUS e de suas plataformas, Coordenação-Geral de Sistemas de Informação – CGSI/DRAC/SAS/MS, sempre no intuito de obter dados mais atualizados. Além dessa base, também foram utilizados dados do DATASUS (SIM, SINASC, SIH) e as Projeções Populacionais do IBGE.

A Figura 22 mostra a evolução na proporção de cobertura de mulheres que realizaram sete ou mais consultas no pré-natal. Na série apresentada, fica perceptível que os aumentos são constantes, porém sem grandes alterações até 2016. A partir de 2017, verifica-se aumentos mais relevantes: a proporção que era de 69,54% tem um incremento, em relação ao ano de 2016, de 1,81%. Os aumentos que se seguem nos anos seguintes, foram de 1,84% em 2018 e 1,66% em 2019. Desta forma, nota-se uma elevação considerável na proporção de mulheres que realizaram as sete ou mais consultas pré-natal de 2015, 68,06%, para 72,00%, em 2019. O crescimento neste período foi de 5,74%.

Figura 22 – Proporção de cobertura 7 ou mais consultas pré-natal – Goiás – 2015 a 2019

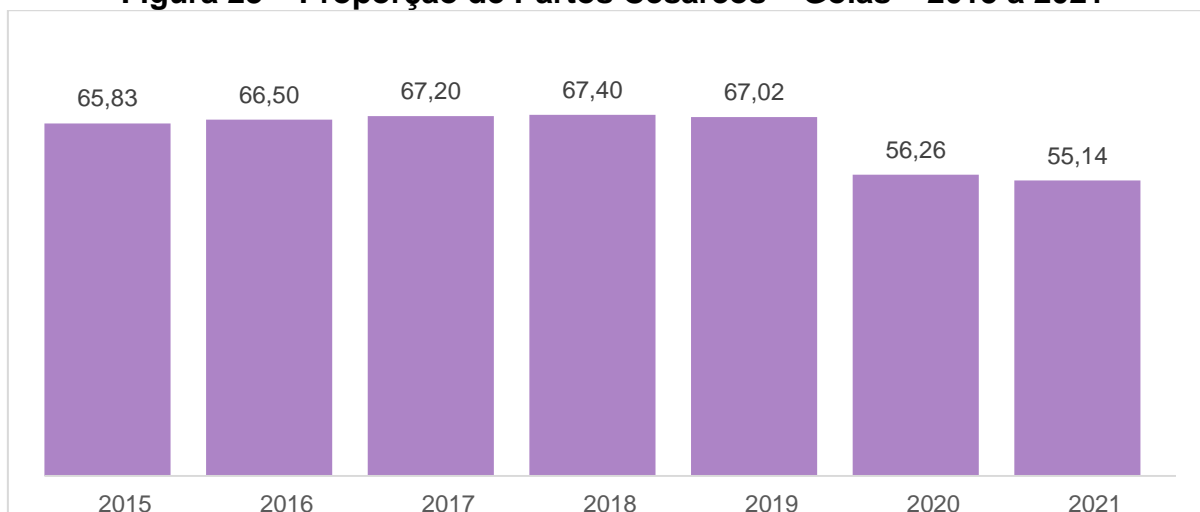


Fonte: MS/SVS/DASIS/SINASC

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria-Geral da Governadoria.

Outro dado importante, na avaliação da saúde da mulher, é o número de partos cesáreos. No período entre 2015 e 2019 os registros demonstraram a grande proporção de partos cesáreos realizados em Goiás. Em 2015, 65,83% dos partos foram cesáreos e, em 2019, 67,02%, o aumento de pontos percentuais (p.p.) neste período foi de 1,80%. Esse aumento pode parecer pouco expressivo, mas os dados já indicavam um percentual bastante elevado. Por sua vez, a OMS recomenda que a proporção desse tipo de procedimento seja em torno de 15%, mesmo existindo uma série de diretrizes do Ministério da Saúde para humanizar o parto normal e reduzir o número de intervenções consideradas desnecessárias (Ministério da Saúde, 2007)¹⁰. Em 2020, observa-se uma queda de 10,76% p.p. em relação a 2019, que demonstra a preocupação com a pandemia da covid-19. Contudo, a proporção observada em 2020 é quase quatro vezes maior que o recomendado, 56,26%. Já os dados referentes a 2021, preliminares de janeiro a julho, ainda refletem a preocupação em relação a pandemia.

Figura 23 – Proporção de Partos Cesáreos – Goiás – 2015 a 2021



Fonte: MS/SVS/DASIS/SINASC

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

Nota: os dados de 2020 e 2021 são preliminares – Base de Dados do SIHSUS – Sistema de Informações Hospitalares – fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 04/10/2021).

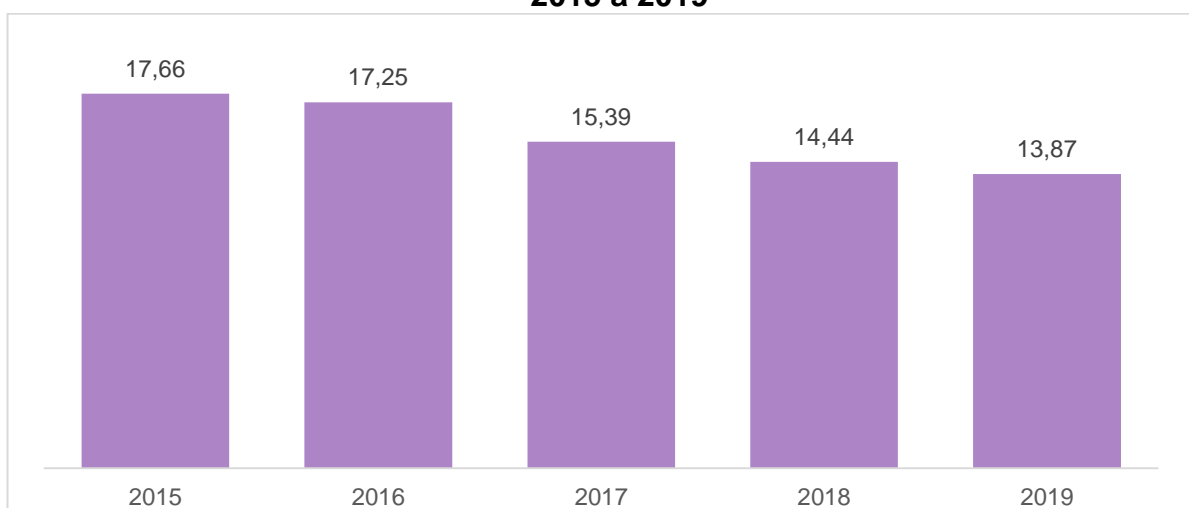
Com relação à gravidez na adolescência, os dados indicam que tem ocorrido uma queda na proporção de nascidos vivos por mães de 10 a 19 anos. Em 2015 a

¹⁰ Brasil. Ministério da Saúde. Painel de Indicadores do SUS: temático Saúde da Mulher. Ano 1– n°1 – Agosto de 2007.

proporção de nascidos vivos por mães adolescentes foi de 17,66%, enquanto em 2019, a proporção foi de 13,87%, demonstrando um decréscimo de 3,79% p.p. na proporção de nascidos vivos com mães adolescentes. Apesar dessa queda, a lentidão com que esse indicador vem caindo representa um desafio para as políticas públicas para que essa proporção reduza significativamente. A gravidez na adolescência aumenta, significativamente, a vulnerabilidade da mulher e potencializa a possibilidade de ocorrência de abortos provocados, exposição a riscos biológicos ligados, ou não, à adolescência, entre outros (BRASIL, 2017). Em janeiro de 2019 foi editada a lei nº 13.798 que altera a lei nº 8.069 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que, a partir dessa data, passou a vigorar com o acréscimo do artigo 8ºA, instituindo a semana nacional de prevenção da gravidez na adolescência, com sentido de disseminar as informações sobre medidas preventivas.

A gravidez precoce na adolescência está diretamente relacionada a diversos fatores como educação, saúde e outros indicadores socioeconômicos. A desinformação sobre sexualidade, fatores emocionais e o uso inadequado de contraceptivos, são a causa do aumento no número de casos. Ainda, a maternidade pode colaborar para o abandono escolar e, em último caso, para a desigualdade de rendimento.

Figura 24 – Proporção de nascidos vivos por mães de 10 a 19 anos (%) – Goiás – 2015 a 2019



Fonte: Gênesis/SES e SINASC/DATASUS.

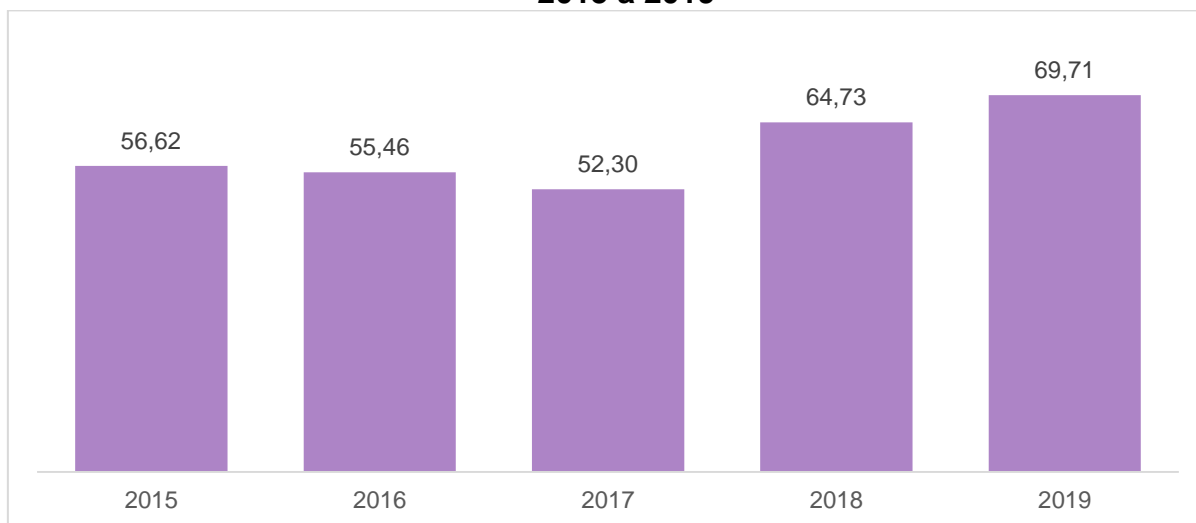
Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

A Figura 25 traz os dados sobre razão de óbitos maternos, em relação aos nascidos vivos. Os dados divulgados para Goiás mostram um aumento, entre os anos

de 2015 e 2019. A razão de mortalidade materna aumentou de 56,62 mortes por 100 mil nascidos vivos, para 69,71 mortes por 100 mil, respectivamente. O crescimento foi de 23,12% para o período.

Torna-se importante destacar que, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), a mortalidade materna é uma tragédia evitável¹¹ em 92% dos casos. Outro fator complicador na monitoração desse evento, segundo a Secretaria da Saúde de Goiás – SES¹², é a subnotificação e o sub-registro destes óbitos no Atestado Médico da Declaração de Óbitos (Causas Mal Definidas). Ainda, ocorrendo a situação de municípios silenciosos, em que não se consegue dimensionar se são ausência de morte ou subnotificações. É considerado alto o número de municípios que são considerados silenciosos no Estado, em 2018 e 2019 o número de municípios chegavam, respectivamente, a 215 e 208.

Figura 25 – Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos) – Goiás – 2015 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE/SIM.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

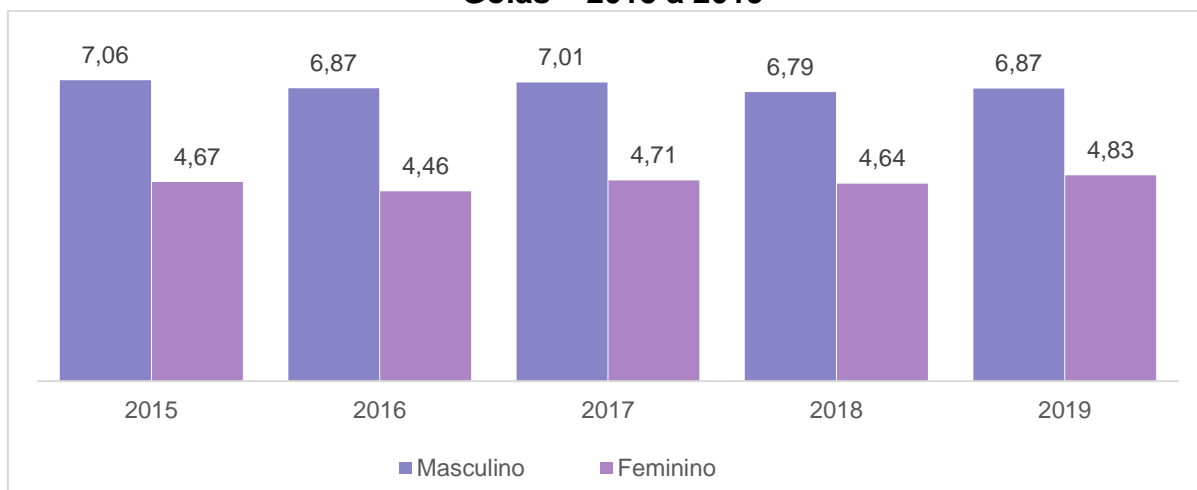
A Figura 26 apresenta a taxa bruta de mortalidade por sexo, na qual se verifica que o sexo masculino possui uma taxa de mortalidade maior que a das mulheres no período. Observa-se uma certa estabilidade das taxas, com pequenas oscilações para o sexo masculino e o feminino. O recuo percebido, no número de óbitos masculinos, no período de 2018 para 2017 foi de -3,14% e, para 2019 em relação a 2018 foi notado

¹¹ As causas de mortes evitáveis ou reduzíveis são definidas como aquelas preveníveis, total ou parcialmente, por ações efetivas dos serviços de saúde que estejam acessíveis em um determinado local e época.

¹² Extraído de: <https://extranet.saude.go.gov.br/public/sim.html>

pequeno acréscimo de 1,17%. Já para o sexo feminino, a quantia de óbitos em 2017 era de 4,71 por grupo de mil mulheres, um pequeno recuo de -1,48% foi verificado no ano seguinte, trazendo este número para 4,64. Em 2019 foi verificado um acréscimo de 4,09% elevando a proporção de óbitos femininos para 4,83.

Figura 26 – Taxa Bruta de Mortalidade por sexo (por mil habitantes por sexo) – Goiás – 2015 a 2019



Fonte: MS/SVS/CGIAE/SIM e Projeção Populacional 2010-2060/IBGE.
Elaboração: Instituto Mauro borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

Em 2015, entre as principais causas de morte para o sexo feminino por capítulo de Classificação Internacional de Doenças (CID-10) estão as doenças do aparelho circulatório; as neoplasias (tumores); as doenças do aparelho respiratório; as causas externas de morbidade e mortalidade; e as doenças endócrinas nutricionais e metabólicas. Esses cinco capítulos permanecem como principais causas de morte durante todo o período. Nota-se que, nas estatísticas consolidadas para os anos de 2018 e 2019, o crescimento de casos, conforme demonstrado na tabela 3 representa, respectivamente, 76,10% e 74,90%, do total de óbitos femininos.

Tabela 3 – Quantidade de óbitos femininos por categoria da CID-10 – Goiás – 2015 a 2019

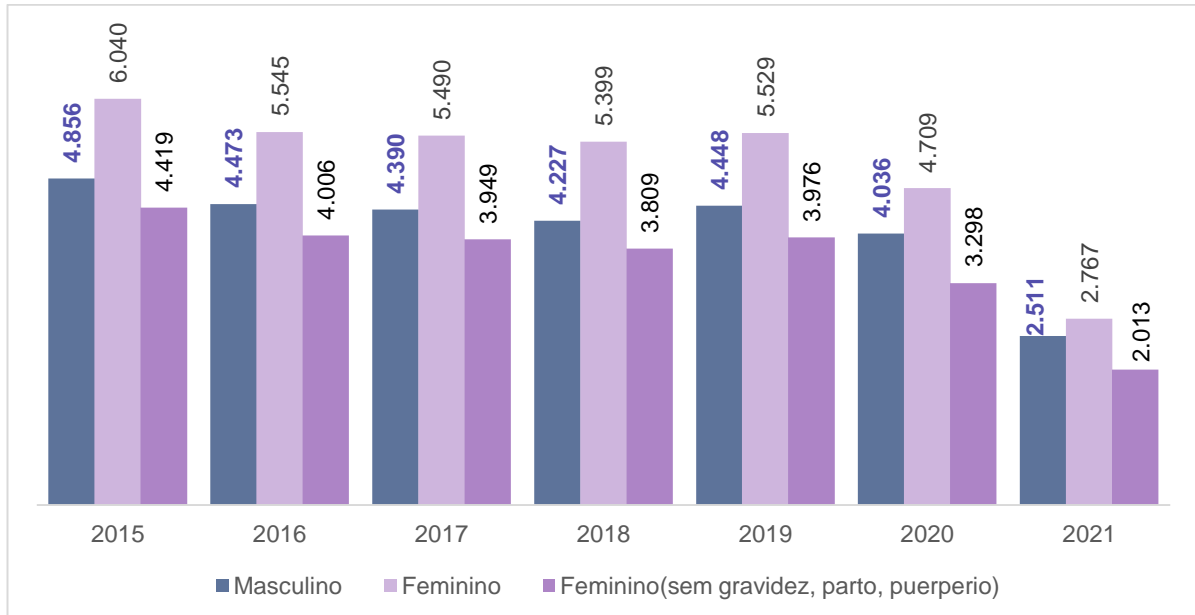
Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	819	743	783	782	791
II. Neoplasias (tumores)	2.741	2.820	2.950	3.174	3.206
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	98	86	80	93	92
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1.117	1.049	1.180	1.177	1.224
V. Transtornos mentais e comportamentais	74	63	74	80	87
VI. Doenças do sistema nervoso	502	514	546	553	692
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	2	2	-	3
IX. Doenças do aparelho circulatório	4.505	4.238	4.593	4.678	4.736
X. Doenças do aparelho respiratório	2.276	2.162	2.396	2.217	2.492
XI. Doenças do aparelho digestivo	769	822	850	837	892
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	50	58	53	65	75
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	87	95	104	100	115
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	500	483	543	599	666
XV. Gravidez parto e puerpério	57	55	54	70	71
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	304	329	281	308	297
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômica	202	186	185	185	219
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	337	306	342	195	289
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1.148	1.090	1.170	1.070	1.141
Total	15.587	15.101	16.186	16.183	17.088

Fonte: MS/SVS/CGIAE/SIM.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

Sobre as causas de internações, baseada nas Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) do SUS, a Figura 27 indica que, excluídos os partos, durante todo o período analisado, os homens são internados mais do que as mulheres. Para o ano de 2020, observa-se uma taxa de 4.036 internações por grupo de 100 mil homens, enquanto a taxa de internação das mulheres, excluídos os partos, é de 3.298 internações por grupo de 100 mil mulheres. Entretanto, apenas a taxa internação por gravidez, parto e puerpério consistem em 1.410 internações, por grupo de 100 mil mulheres (Tabela 4). Portanto, se for considerado apenas as internações por questões de adoecimento e tratamento, as mulheres possuem uma relação de internação menor que a dos homens, mas se também for considerado as internações por questões de parto, essa taxa se eleva consideravelmente.

Figura 27 – Taxa de internações por sexo (por mil habitantes por sexo) – Goiás – 2015 a 2021



Fonte: SIH/SUS e Projeção Populacional 2010-2060/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

Nota: os dados de 2020 e 2021 são preliminares – Base de Dados do SIHSUS – Sistema de Informações Hospitalares -fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 04/10/2021).

Na tabela 4 são apresentadas as taxas de internação (por 100 mil mulheres), por faixa etária em cada capítulo de CID-10. Esse detalhamento foi realizado para o ano de 2020 por ser o último ano com informações para os 12 meses. A maior taxa de internação de mulheres residentes no Estado de Goiás é referente ao capítulo XV, *gravidez parto e puerpério*, com aproximadamente 1.410 internações a cada 100 mil mulheres residentes. A predominância de internações referentes ao capítulo XV se dá pelas elevadas taxas de internações para as faixas etárias de mulheres de 10 a 19 anos e de 20 a 49 anos, sendo, respectivamente, 1.878 e 2.416 internações a cada 100 mil mulheres residentes.

Em relação à faixa etária, a maior taxa de internação ocorre entre as mulheres de 70 anos ou mais, com 11.466. Esse resultado é esperado, dado que os idosos apresentam mais problemas de saúde. De acordo com Lima-Costa e Veras (2003), o idoso consome mais serviços de saúde, as internações hospitalares são mais frequentes e o tempo de ocupação do leito é maior quando comparado a outras faixas etárias. Nessa faixa etária as internações ocorrem, principalmente, por causas ligadas às doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório. Ainda, as

internações por doenças infecciosas e parasitárias obtiveram destaque no ano de 2020, possivelmente impulsionada pelos casos de coronavírus.

Tabela 4 – Taxa de internação (por 100 mil mulheres residentes) por faixa etária e capítulo da CID-10 – Goiás – 2020

Diagnóstico CID10 (capítulo)	até 9	10 a 19	20 a 49	50 a 69	70 ou mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	221	118	259	701	1.979	414
II. Neoplasias (tumores)	32	44	241	561	732	272
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	21	22	30	41	128	35
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	32	24	40	130	373	72
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	58	224	242	37	163
VI. Doenças do sistema nervoso	66	44	91	176	269	107
VII. Doenças do olho e anexos	10	8	16	111	176	41
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	7	4	4	7	11	5
IX. Doenças do aparelho circulatório	19	32	171	808	2.300	369
X. Doenças do aparelho respiratório	311	91	137	391	1.832	298
XI. Doenças do aparelho digestivo	121	166	378	530	825	366
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	41	24	30	62	120	42
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	12	27	51	106	145	58
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	102	195	355	370	708	320
XV. Gravidez parto e puerpério	3	1.878	2.416	5	1	1.410
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	645	11	12	0	1	99
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	82	11	8	5	2	18
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	49	40	70	119	275	84
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	176	187	345	539	1.335	391
XXI. Contatos com serviços de saúde	33	54	200	141	217	146
XXII. Códigos para propósitos especiais	0	0	0	1	0	0
Total	1.985	3.039	5.078	5.046	11.466	4.709

Fonte: SIH/SUS e Projeção Populacional 2010-2060/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro borges/ Secretaria-Geral da Governadoria.

Nota: As cores mais quentes das células indicam quais são as maiores taxas de internação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que as mulheres tenham conseguido avanços nas últimas décadas, porém há muito o que ser alcançado. Dessa forma, o governo do Estado de Goiás tem ampliado ações em defesa dos direitos das mulheres.

Diversas medidas foram realizadas com intuito combater a violência contra à mulher. Para realizar atendimentos mais humanizados e qualificados às mulheres vítimas de violência as delegacias especializadas foram reestruturas. Além disso, a rede foi ampliada, a região do entorno do Distrito Federal e o município de Aparecida de Goiânia receberam Unidades Regionais Especiais para Atendimento às Mulheres. Já o município de Iporá recebeu uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de violência. Também, visando um atendimento mais humanizado foi criada a

“Sala Lilás”, um espaço para acolher vítimas de violência, onde são realizados exames de corpo de delito. A estrutura funciona na sede da Polícia Técnico-Científica, em Goiânia.

O aplicativo “Goiás Seguro”, desenvolvido Secretaria de Estado de Segurança Pública de Goiás, conta com a funcionalidade “Alerta Maria da Penha”, que permite que qualquer pessoa acione a Polícia Militar para ajudar mulheres em situação de violência.

Ainda, foi desenvolvido juntamente com o Tribunal de Justiça o projeto “Maria da Penha nas Escolas”, cujo objetivo é apresentar as crianças, de forma didática, informações legais que amparam as famílias com histórico de violência doméstica.

Também foram criadas medidas para combater as desigualdades no mercado de trabalho. O governador Ronaldo Caiado sancionou no dia 30 de setembro de 2020 a Lei n.º 20.854 que institui o selo “Empresa Amiga da Mulher”. A certificação é concedida a organizações que desenvolvam ações efetivas ou de apoio e incentivo à capacitação para mercado de trabalho, à valorização profissional e ainda a cuidados e promoção à saúde do público feminino.

Em relação à saúde, destaca-se a circulação de duas carretas que funcionam como unidades móveis de prevenção ao câncer de mama e colo de útero nas cidades do interior que não contam com essa estrutura. As Carretas da Prevenção são itinerantes, além de contar com mamógrafo e material para coleta de exames ginecológicos. Uma está focada nos municípios da região Centro-norte, e a outra nas cidades do Nordeste goiano. Em outra ação, em 2020, a Secretaria Estadual de Saúde entregou um novo mamógrafo para o Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi.

Já o Programa Goiano de Dignidade Menstrual visa garantir às mulheres em situação de vulnerabilidade o acesso gratuito aos absorventes higiênicos descartáveis, e assim prevenir e reduzir problemas e agravamentos à saúde decorrentes da falta de acesso a esse produto. A ação desenvolvida pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), da Educação (Seduc) e Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) beneficia às mulheres que sejam ou estejam na rede pública de ensino, adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade, mulheres privadas de liberdade em cumprimento de pena nos regimes

fechado e semiaberto do Sistema Prisional Goiano, bem como aquelas em situação de rua e/ou extrema pobreza.

Destaca-se que, durante a período mais crítico da pandemia causada pelo Covid-19, o Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) levou mais de 500 mil cestas para atender preferencialmente famílias chefiadas por mulheres.

Outro programa importante para as mulheres goianas é o Mães de Goiás que foi criado para garantir assistência social e financeira às mulheres que tenham filhos com até seis anos de idade e que vivam em situação de extrema pobreza. O programa que nasceu da parceria entre a SEDS e GPS, aumenta distribuição de renda de famílias vulneráveis, promove segurança alimentar, oferece melhor qualidade de vida e assegura permanência de crianças na escola.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMERA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da Comissão de Estudos da Legislação Social Brasileira**. Brasília – DF, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/55a-legislatura/estudo-da-legislacao-social-brasileira/documentos/outros-documentos/relatorio-final-da-comissao/view>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **LEI Nº 13.798, DE 3 DE JANEIRO DE 2019**. Brasília – DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Vigilância Epidemiológica do Óbito Materno**. Brasília – DF, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidem_obito_materno.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de Indicadores do SUS: temático Saúde da Mulher**. Ano 1– nº1 – Agosto de 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_saude_mulher_a1n1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. **Tabnet**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Crítérios e Parâmetros Assistenciais para o Planejamento e Programação de Ações e Serviços de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2017

COSTA, Maynara e SIQUEIRA, Laurinda Fernanda Saldanha. **Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia**. Editora Expressão Feminista, São Luiz – MA, 2021. 1ª ed. P. 6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351038097_DIALOGOS_CONTEMPORAN_EOS_GENERO_E_SEXUALIDADE_NA_PANDEMIA_wwweditoraexpressaofeministacombr. Acesso em: 31 jan. 2022.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **SAÚDE DE A A Z**. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Cadastro Único**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 27 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 jan. 2022.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Índice Multidimensional de Carência das Famílias**, Goiânia – GO, 2019. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Déficit Habitacional Com Base Nos Dados do CadÚnico 2020**, Goiânia – GO, 2021. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2021/estudo_deficit_habitacional.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

Lima-Costa, M.F., Veras, R. Saúde pública e envelhecimento. Cadernos de Saúde Pública 2003. Pag 700-701. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QcPXW7P53YFKBqQjxqF3rrs/?format=pdf&lang=pt>

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PGE-GO - PROCURADORIA- GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. **Governo Lança Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher**. Goiânia – GO, 2019. Disponível em: <https://www.procuradoria.go.gov.br/noticias/2820-governo-lan%C3%A7a-pacto-goiano-pelo-fim-da-viol%C3%Aancia-contr-a-mulher.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.